

Porto Alegre, 5 de agosto de 2025

Nós, mulheres, mães, lideranças comunitárias, promotoras legais populares, defensoras de direitos humanos, mulheres de axé, trabalhadoras do sexo, comunicadoras, integrantes de coletivos, redes e organizações sociais, reunidas nas Oficinas *Incidência Política para Justiça Reprodutiva e Climática*, viemos, por meio desta carta, apresentar publicamente demandas e questionamentos legítimos, construídos de forma coletiva a partir de nossas vivências, saberes e experiências territoriais.

Passado um ano e três meses desde as enchentes que devastaram nossas casas, nossos corpos e nossas comunidades, seguimos enfrentando a ausência de respostas à altura da gravidade do que vivemos. Essa tragédia não foi “natural”: foi potencializada pela falta de prevenção, pela má gestão e pelo abandono histórico de populações que sempre estiveram à margem.

Diante desse abandono, fomos nós que agimos. Com pouco, fizemos muito. Construimos redes de cuidado, levantamos cozinhas coletivas, arrecadamos itens básicos, improvisamos absorventes e calcinhas quando nada chegava. Mantivemos vivos protocolos de solidariedade, justiça reprodutiva, saúde comunitária, memória coletiva e enfrentamento à violência de gênero — ações sustentadas por nossa força comunitária, frequentemente ignoradas pelo poder público.

Com base nos diálogos e reflexões realizados durante as Oficinas, nos dias 1 e 2 de agosto, em Porto Alegre, apresentamos as seguintes perguntas e exigências, que requerem respostas formais, públicas e imediatas:

- 1. Quais ações foram realizadas até agora com base nos protocolos, guias e propostas da sociedade civil, movimentos feministas e de mulheres?** Por exemplo: a recomendação conjunta para a ampliação de serviços de aborto legal no Rio Grande do Sul e o Protocolo de proteção às mulheres e crianças em situações de emergência climática.
- 2. Que políticas permanentes e intersetoriais o Governo do Estado está implementando, com orçamento garantido, para prevenir e enfrentar novas crises climáticas,** considerando os impactos sobre mulheres em sua diversidade (cis e trans), crianças,

pessoas transmasculinas, não binárias e outras identidades de gênero?

3. **Como está organizada a Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres para enfrentar a crise climática?**
Possui orçamento suficiente? Existem espaços para participação da comunidade e controle social?
4. **O plano de contingência foi aplicado com foco na perspectiva de gênero?** Quais resultados e dados podem ser apresentados?
5. **Qual o orçamento utilizado até agora e qual está previsto para atender às demandas dos movimentos feministas e de mulheres,** nas áreas de saúde, moradia, combate à violência e geração de trabalho e renda?
6. **Que capacitações foram realizadas e que outras medidas foram adotadas para cuidar da saúde mental das mulheres afetadas pela crise climática?**
7. **Que equipamentos e serviços públicos foram criados para atender às necessidades das comunidades atingidas, especialmente das mulheres?**
8. **Quantas mulheres estão aguardando moradia? Quando as casas serão entregues?**
9. **Quais ações de médio e longo prazo estão previstas para garantir uma reconstrução justa, reparação das perdas e fortalecimento das redes locais de cuidado?**
10. **Como os movimentos feministas, de mulheres e a sociedade civil poderão acompanhar, de forma pública, transparente e periódica, a prestação de contas dessas ações?**

Após um ano e três meses, **não aceitamos silêncio, descontinuidade ou promessas vazias.** Queremos compromisso formal, resposta oficial por escrito e cronograma de implementação com prazos e canais de participação efetiva da sociedade civil.

Nossa memória segue viva, e é ela que nos move: não esquecemos para que não se repita.

Atenciosamente,

Assinam:

Lideranças e integrantes de organizações que participaram das Oficinas *Incidência Política para Justiça Reprodutiva e Climática*, realizadas nos dias 1 e 2 de agosto de 2025, em Porto Alegre:

Bruna Ghiorzi

Clínica Feminista Antirracista Interseccional - Projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Cris Machado

Plantão Materno

Chirlei Fischer

Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos do Rio Grande do Sul (MTD-RS) e Grupo de Base Erotildes Brasil

Claudia Prates

Marcha Mundial das Mulheres

Claudia Stella Rodrigues Santana de Resende

Diretora de Mulheres do Sindibancários

Fabiane Dutra

Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio Grande do Sul (CEDM)

Lia Eloisa Batista

Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP)

Michelle Vieceli

Povoada

Nicole Ballesteros

Associação Portal Catarinas

Patrícia Wonglon Marques

A Roça, A Casa dos Orixás

Paula Guimarães
Associação Portal Catarinas

Raquel Santin Moura
Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos do Rio Grande do Sul (MTD-RS) e Grupo de Base Erotildes Brasil

Renata Jardim
Fórum Aborto Legal RS

Tayara Maronesis
Instituto e se fosse você?